

Cláudia Barros Portocarrero & Filipe Ávila

Legislação Penal

COORDENAÇÃO
Cláudia Barros
Filipe Ávila
Rogério Greco

2^a edição
revisada,
atualizada
e reformulada

Decifrada



■ Os autores deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelos autores até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Fechamento desta edição: 30.11.2022

■ Os autores e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

■ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2023 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

■ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

■ Esta obra, anteriormente designada “Legislação Criminal Decifrada”, passou a ser intitulada “Legislação Penal Decifrada” e publicada pela Editora Método | Grupo GEN a partir da 2ª edição.

■ Capa: Bruno Sales Zorzetto

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

P883d

Portocarrero, Cláudia Barros
Legislação penal decifrada / Cláudia Barros Portocarrero, Filipe Ávila; coordenação Cláudia Barros Portocarrero, Filipe Ávila, Rogério Greco – 2. ed. – Rio de Janeiro: Método, 2023.
880 p. ; 23 cm (Decifrando)

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5964-645-6

1. Direitos penal – Brasil. 2. Serviço público – Brasil – Concursos. I. Ávila, Filipe. II. Greco, Rogério. III. Título. IV. Série.

22-81528

CDU: 343.2(81)



Gabriela Faray Ferreira Lopes – Bibliotecária – CRB-7/6643

Sumário

1.	Apresentação e Uso de Documentos de Identificação Pessoal – Lei nº 5.553/1968	1
1.1	Introdução	1
1.2	Artigos da lei	1
1.2.1	Art. 1º – Bem jurídico e objeto material.....	1
1.2.2	Art. 2º – Retenção/anotação lícita.....	3
1.2.3	Art. 3º – Infração penal	6
2.	Crimes Resultantes de Preconceito de Raça ou Cor – Lei nº 7.716/1989	9
2.1	Considerações iniciais.....	9
2.2	Características gerais dos crimes.....	13
2.2.1	Tipo subjetivo.....	13
2.2.2	Sujeitos do crime	14
2.2.3	Bem jurídico e classificação doutrinária.....	14
2.2.4	Consumação e tentativa.....	15
2.2.5	Ação penal.....	15
2.2.6	Racismo vs. crime de injúria preconceituosa.....	15
2.2.7	Competência para processo e julgamento do racismo	17
2.2.8	Efeitos da condenação.....	18
2.3	Crimes em espécie.....	20
2.3.1	Art. 3º	20
2.3.2	Art. 4º	20
2.3.3	Art. 5º	22
2.3.4	Art. 6º	22

2.3.5	Art. 7º	23
2.3.6	Art. 8º	23
2.3.7	Art. 9º	24
2.3.8	Art. 10	24
2.3.9	Art. 11	25
2.3.10	Art. 12	26
2.3.11	Art. 13	26
2.3.12	Art. 14	26
2.3.13	Art. 20	27
3.	Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990	33
3.1	Disposições gerais.....	33
3.2	Crimes em espécie.....	40
3.2.1	Art. 228	40
3.2.1.1	Objeto jurídico e material.....	40
3.2.1.2	Conduta e elemento subjetivo.....	41
3.2.1.3	Sujeitos do crime.....	42
3.2.1.4	Consumação e tentativa.....	42
3.2.1.5	Complementos	42
3.2.2	Art. 229	42
3.2.2.1	Objeto jurídico e material.....	43
3.2.2.2	Conduta e elemento subjetivo.....	43
3.2.2.3	Sujeitos do crime.....	44
3.2.2.4	Consumação e tentativa.....	45
3.2.2.5	Complementos	45
3.2.3	Art. 230	45
3.2.3.1	Objeto jurídico e material.....	45
3.2.3.2	Conduta e elemento subjetivo.....	46
3.2.3.3	Sujeitos do crime.....	47
3.2.3.4	Consumação e tentativa.....	47
3.2.3.5	Complementos	47
3.2.3.6	Conflito aparente de normas.....	47
3.2.4	Art. 231	48
3.2.4.1	Objeto jurídico e material.....	48
3.2.4.2	Conduta e elemento subjetivo.....	49

3.2.4.3	Sujeitos do crime.....	50
3.2.4.4	Consumação e tentativa.....	50
3.2.4.5	Complementos.....	50
3.2.4.6	Conflito aparente de normas.....	50
3.2.5	Art. 232.....	51
3.2.5.1	Objeto jurídico e material.....	51
3.2.5.2	Conduta e elemento subjetivo.....	51
3.2.5.3	Sujeitos do crime.....	52
3.2.5.4	Consumação e tentativa.....	52
3.2.5.5	Complementos.....	53
3.2.5.6	Conflito aparente de normas.....	53
3.2.6	Art. 233.....	53
3.2.7	Art. 234.....	53
3.2.7.1	Objeto jurídico e material.....	54
3.2.7.2	Conduta e elemento subjetivo.....	54
3.2.7.3	Sujeitos do crime.....	54
3.2.7.4	Consumação e tentativa.....	55
3.2.7.5	Complementos.....	55
3.2.7.6	Conflito aparente de normas.....	55
3.2.8	Art. 235.....	55
3.2.8.1	Objeto jurídico e material.....	55
3.2.8.2	Conduta e elemento subjetivo.....	56
3.2.8.3	Sujeitos do crime.....	57
3.2.8.4	Consumação e tentativa.....	58
3.2.8.5	Complementos.....	58
3.2.8.6	Conflito aparente de normas.....	58
3.2.9	Art. 236.....	58
3.2.9.1	Objeto jurídico e material.....	59
3.2.9.2	Conduta e elemento subjetivo.....	59
3.2.9.3	Sujeitos do crime.....	64
3.2.9.4	Consumação e tentativa.....	64
3.2.9.5	Complementos.....	65
3.2.9.6	Conflito aparente de normas.....	65
3.2.10	Art. 237.....	65
3.2.10.1	Objeto jurídico e material.....	65

3.2.10.2	Conduta e elemento subjetivo.....	66
3.2.10.3	Sujeitos do crime.....	66
3.2.10.4	Consumação e tentativa.....	66
3.2.10.5	Complementos.....	67
3.2.10.6	Conflito aparente de normas.....	67
3.2.11	Art. 238.....	67
3.2.11.1	Objeto jurídico e material.....	67
3.2.11.2	Conduta e elemento subjetivo.....	68
3.2.11.3	Sujeitos do crime.....	68
3.2.11.4	Consumação e tentativa.....	69
3.2.11.5	Complementos.....	69
3.2.11.6	Conflito aparente de normas.....	69
3.2.12	Art. 239.....	70
3.2.12.1	Objeto jurídico e material.....	70
3.2.12.2	Conduta e elemento subjetivo.....	70
3.2.12.3	Sujeitos do crime.....	71
3.2.12.4	Consumação e tentativa.....	71
3.2.12.5	Competência.....	72
3.2.12.6	Complementos.....	73
3.2.12.7	Conflito aparente de normas.....	73
3.2.13	Art. 240.....	73
3.2.13.1	Objeto jurídico e material.....	73
3.2.13.2	Conduta e elemento subjetivo.....	74
3.2.13.3	Sujeitos do crime.....	76
3.2.13.4	Consumação e tentativa.....	77
3.2.13.5	Causas de aumento de pena.....	78
3.2.13.6	Complementos.....	79
3.2.13.7	Conflito aparente de normas.....	79
3.2.13.8	Infiltração de agentes de polícia na internet.....	80
3.2.14	Art. 241.....	81
3.2.14.1	Objeto jurídico e material.....	82
3.2.14.2	Conduta e elemento subjetivo.....	82
3.2.14.3	Sujeitos do crime.....	83
3.2.14.4	Consumação e tentativa.....	83
3.2.14.5	Competência.....	83

3.2.14.6	Complementos.....	85
3.2.14.7	Conflito aparente de normas.....	85
3.2.14.8	Infiltração de agentes de polícia na internet	86
3.2.15	Art. 241-A.....	86
3.2.15.1	Objeto jurídico e material.....	86
3.2.15.2	Conduta e elemento subjetivo.....	86
3.2.15.3	Sujeitos do crime.....	88
3.2.15.4	Consumação e tentativa.....	88
3.2.15.5	Competência	89
3.2.15.6	Complementos	89
3.2.15.7	Infiltração de agentes de polícia na internet	89
3.2.16	Art. 241-B.....	89
3.2.16.1	Objeto jurídico e material.....	90
3.2.16.2	Conduta e elemento subjetivo.....	90
3.2.16.3	Sujeitos do crime.....	92
3.2.16.4	Consumação e tentativa.....	92
3.2.16.5	Competência	92
3.2.16.6	Complementos.....	93
3.2.16.7	Conflito aparente de normas.....	93
3.2.16.8	Infiltração de agentes de polícia na internet	94
3.2.17	Art. 241-C.....	94
3.2.17.1	Objeto jurídico e material.....	94
3.2.17.2	Conduta e elemento subjetivo.....	94
3.2.17.3	Sujeitos do crime.....	96
3.2.17.4	Consumação e tentativa.....	96
3.2.17.5	Complementos	97
3.2.17.6	Infiltração de agentes de polícia na internet	97
3.2.18	Art. 241-D.....	97
3.2.18.1	Objeto jurídico e material.....	97
3.2.18.2	Conduta e elemento subjetivo.....	97
3.2.18.3	Sujeitos do crime.....	99
3.2.18.4	Consumação e tentativa.....	99
3.2.18.5	Complementos	99
3.2.18.6	Infiltração de agentes de polícia na internet	100
3.2.19	Art. 241-E.....	100

3.2.20	Art. 242	100
3.2.20.1	Objeto jurídico e material.....	101
3.2.20.2	Conduta e elemento subjetivo.....	101
3.2.20.3	Sujeitos do crime.....	102
3.2.20.4	Consumação e tentativa.....	103
3.2.20.5	Complementos	103
3.2.20.6	Conflito aparente de normas.....	103
3.2.21	Art. 243	103
3.2.21.1	Objeto jurídico e material.....	103
3.2.21.2	Conduta e elemento subjetivo.....	104
3.2.21.3	Sujeitos do crime.....	106
3.2.21.4	Consumação e tentativa.....	106
3.2.21.5	Complementos	107
3.2.21.6	Conflito aparente de normas.....	107
3.2.22	Art. 244	107
3.2.22.1	Objeto jurídico e material.....	107
3.2.22.2	Conduta e elemento subjetivo.....	107
3.2.22.3	Sujeitos do crime.....	109
3.2.22.4	Consumação e tentativa.....	109
3.2.22.5	Complementos	109
3.2.23	Art. 244-A.....	109
3.2.24	Art. 244-B	111
3.2.24.1	Objeto jurídico e material.....	111
3.2.24.2	Conduta e elemento subjetivo.....	111
3.2.24.3	Sujeitos do crime.....	114
3.2.24.4	Consumação e tentativa.....	115
3.2.24.5	Complementos	116
4.	Crimes Hediondos – Lei nº 8.072/1990.....	117
4.1	Conceitos iniciais.....	117
4.1.1	Previsão constitucional.....	117
4.1.2	Crimes militares e hediondez	119
4.1.3	Dica.....	120
4.2	Rol de crimes hediondos – Art. 1º da Lei nº 8.072/1990.....	120
4.2.1	Inciso I – Homicídio (art. 121, CP).....	121

4.2.2	Inciso I-A – Lesão corporal (art. 129, §§ 2º e 3º, CP).....	124
4.2.3	Inciso II, “a”, “b”, “c” – Roubo (art. 157, § 2º, V; § 2º-A, I; § 2º-B; § 3º, I e II, CP).....	125
4.2.4	Inciso III – Extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, ocorrência de lesão corporal ou morte (art. 158, § 3º, CP).....	127
4.2.5	Inciso IV – Extorsão mediante sequestro e na forma qualificada (art. 159, <i>caput</i> , §§ 1º, 2º e 3º, CP).....	128
4.2.6	Inciso V – Estupro (art. 213, <i>caput</i> , §§ 1º e 2º, CP).....	129
4.2.7	Inciso VI – Estupro de vulnerável (art. 217-A, <i>caput</i> , §§ 1º, 3º e 4º, CP).....	130
4.2.8	Inciso VII – Epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º, CP).....	131
4.2.9	Inciso VII-B – Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (art. 273, <i>caput</i> , §§ 1º, 1º-A e 1º-B, CP).....	132
4.2.10	Inciso VIII – Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável (art. 218-B, <i>caput</i> , §§ 1º e 2º, CP).....	133
4.2.11	Inciso IX – Furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum (art. 155, § 4º-A, CP)....	134
4.2.12	Parágrafo único, I – Genocídio (arts. 1º, 2º e 3º – Lei nº 2.889/1956).....	134
4.2.13	Parágrafo único, II – Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido (art. 16 – Lei nº 10.826/2003).....	135
4.2.14	Parágrafo único, III – Comércio ilegal de armas de fogo (art. 17 – Lei nº 10.826/2003).....	138
4.2.15	Parágrafo único, IV – Tráfico internacional de arma de fogo, acessório ou munição (art. 18 – Lei nº 10.826/2003).....	139
4.2.16	Parágrafo único, V – Organização criminosa, quando direcionada à prática de crime hediondo ou equiparado (art. 2º – Lei nº 12.850/2013).....	139
4.3	Equiparados a hediondos.....	140
4.3.1	Tortura.....	140
4.3.2	Tráfico ilícito de entorpecentes e drogas.....	141
4.3.3	Terrorismo.....	143
4.4	Aspectos penais e processuais penais.....	143
4.4.1	Vedações – Art. 2º, I e II.....	143
4.4.2	Regime inicial de cumprimento da pena – Art. 2º, § 1º.....	145
4.4.3	Progressão de regime – Art. 2º, § 2º.....	148
4.4.4	Livramento condicional – Art. 5º.....	154
4.4.5	Possibilidade de apelar em liberdade – Art. 2º, § 3º.....	156

4.4.6	Prazo da prisão temporária – Art. 2º, § 4º.....	156
4.4.7	Estabelecimentos de segurança máxima – Art. 3º	157
4.4.8	Crime de associação criminosa (art. 288, CP) para crimes hediondos e equiparados – Art. 8º.....	157
4.4.9	Disposições finais	158
5.	Juizados Especiais Criminais – Lei nº 9.099/1995.....	159
5.1	Aspectos iniciais.....	159
5.1.1	Introdução	159
5.1.2	Critérios ou princípios orientadores.....	161
5.1.3	Infração de menor potencial ofensivo	162
5.2	Competência e atos processuais.....	164
5.2.1	Hipóteses de não incidência ou modificação da competência do JECRIM.....	164
5.2.2	Hipóteses de não incidência da Lei nº 9.099/1995.....	169
5.2.3	Natureza da competência dos Juizados	171
5.2.4	Competência territorial	172
5.2.5	Atos processuais.....	173
5.3	Persecução penal – fase preliminar	175
5.3.1	Termo circunstanciado de ocorrência e audiência preliminar.....	175
5.3.2	Composição dos danos civis	179
5.3.3	Transação penal	182
5.4	Persecução penal – fase judicial.....	189
5.4.1	Noções preliminares.....	189
5.4.2	Procedimento sumaríssimo.....	191
5.5	Recursos e ações autônomas de impugnação	197
5.5.1	Turma recursal.....	197
5.5.2	Recursos previstos na Lei nº 9.099/1995	198
5.5.3	Outros recursos	199
5.5.4	Ações autônomas de impugnação	200
5.5.5	Conflito de competência	202
5.6	Execução penal.....	203
5.7	Suspensão condicional do processo	203
5.8	Temas complementares.....	217
5.8.1	Representação nos crimes de lesão corporal leve e culposa	217
5.8.2	Subsidiariedade expressa do Código de Processo Penal	218
5.8.3	Juizados itinerantes	218

6.	Interceptação Telefônica – Lei nº 9.296/1996	219
6.1	Aspectos iniciais.....	219
6.1.1	Evolução no tratamento legislativo	219
6.1.2	Fundamento constitucional	220
6.2	Art. 1º	222
6.2.1	Conceitos	222
6.2.2	Natureza jurídica	225
6.2.3	Extensão do objeto da Lei nº 9.296/1996	225
6.2.4	Necessidade de autorização judicial.....	228
6.2.5	Competência	228
6.2.6	Segredo de justiça	231
6.3	Art. 2º	231
6.3.1	Requisitos.....	232
6.3.2	Da utilização como prova emprestada em processo administrativo disciplinar.....	234
6.3.3	Da descoberta fortuita de provas (serendipidade).....	235
6.3.4	Interceptação de diálogos com advogados.....	236
6.3.5	Da delimitação do objeto da investigação e dos investigados	237
6.4	Art. 3º	238
6.5	Art. 4º	239
6.6	Art. 5º	240
6.6.1	Exigência de fundamentação	240
6.6.2	Duração da interceptação.....	241
6.7	Art. 6º	243
6.7.1	Condução da interceptação telefônica.....	244
6.7.2	Transcrição das comunicações	245
6.7.3	Resultado das diligências.....	247
6.8	Art. 7º	247
6.8.1	Da requisição de serviços técnicos e especializados pela autoridade policial	247
6.9	Art. 8º	248
6.10	Art. 8º-A.....	249
6.10.1	Requisitos exigidos para a captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos.....	250
6.10.2	Descrição circunstanciada do local e forma de instalação do dispositivo de captação ambiental.....	252

6.10.3	Da instalação do dispositivo de captação ambiental.....	252
6.10.4	Prazo.....	254
6.10.5	Da utilização da captação ambiental em matéria de defesa.....	254
6.10.6	Aplicação subsidiária do regramento legal da interceptação telefônica...	255
6.10.7	Temas correlatos	255
6.11	Art. 9º	256
6.12	Arts. 10 e 10-A	257
6.12.1	Crimes previstos na Lei nº 9.296/1996	258
6.12.2	Art. 10	258
6.12.2.1	Objeto jurídico	258
6.12.2.2	Primeira conduta: realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática	259
6.12.2.3	Segunda conduta: promover escuta ambiental.....	259
6.12.2.4	Terceira conduta: quebrar segredo da justiça.....	259
6.12.2.5	Elemento normativo especial.....	260
6.12.2.6	Parágrafo único	260
6.12.3	Art. 10-A.....	260
6.12.3.1	Objeto jurídico	260
6.12.3.2	Conduta: realizar captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos	261
6.12.3.3	Causa de exclusão de ilicitude.....	262
6.12.3.4	Causa de aumento de pena.....	262
6.13	Arts. 11 e 12	262
7.	Lei de Tortura – Lei nº 9.455/1997.....	263
7.1	Aspectos iniciais.....	263
7.1.1	Noções históricas e previsão normativa	263
7.1.2	Esquematização dos dispositivos.....	265
7.2	Características gerais dos crimes	266
7.2.1	Bem jurídico e competência	266
7.2.2	Imprescritibilidade	266
7.2.3	Hediondez	267
7.2.4	A prova no crime de tortura	268
7.2.5	Teoria do cenário da bomba-relógio (<i>ticking bomb scenario</i>).....	268
7.3	Observações – Crimes	269
7.3.1	Ação penal.....	269

7.3.2	Conduta e elemento subjetivo.....	269
7.3.3	Sujeito ativo	270
7.4	Crimes em espécie – Art. 1º, I.....	271
7.4.1	Art. 1º, I, “a” – Tortura prova/confissão/inquisitorial/institucional/ persecutória/acusatória.....	272
7.4.2	Art. 1º, I, “b” – Tortura crime	274
7.4.3	Art. 1º, I, “c” – Tortura discriminatória/preconceito/racismo.....	276
7.5	Crimes em espécie – Art. 1º, II – Tortura castigo/punitiva/intimidatória/ vingativa/pena.....	277
7.6.	Crimes em espécie – Art. 1º, § 1º – Tortura por equiparação/tortura pela tortura.....	280
7.7	Crimes em espécie – Art. 1º, § 2º – Tortura omissão.....	282
7.8	Qualificadoras e causas de aumento de pena – Art. 1º, §§ 3º e 4º	285
7.8.1	Qualificadoras – Art. 1º, § 3º.....	285
7.8.2	Causas de aumento de pena – Art. 1º, § 4º.....	287
7.9	Consequências criminais – Art. 1º, §§ 5º, 6º e 7º	288
7.10	Extraterritorialidade – Art. 2º	292
8.	Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº 9.503/1997.....	293
8.1	Considerações iniciais.....	293
8.2	Disposições gerais – Crimes.....	293
8.3	Crimes em espécie.....	306
8.3.1	Art. 302 – Homicídio culposo na direção de veículo automotor.....	306
8.3.2	Art. 303 – Lesão corporal culposa na direção de veículo automotor....	311
8.3.3	Art. 304 – Omissão de socorro no trânsito	313
8.3.4	Art. 305 – Fuga do local do acidente.....	315
8.3.5	Art. 306 – Embriaguez ao volante	316
8.3.6	Art. 307	319
8.3.7	Art. 308 – Participação em competição automobilística não autorizada....	320
8.3.8	Art. 309 – Direção sem habilitação	321
8.3.9	Art. 310	323
8.3.10	Art. 311	323
8.3.11	Art. 312	324
9.	Crimes Ambientais – Lei nº 9.605/1998.....	325
9.1	Aspectos iniciais.....	325

9.1.1	Introdução	325
9.1.2	Princípio da insignificância.....	326
9.2	Crimes ambientais e responsabilidade da pessoa física.....	328
9.3	Crimes ambientais e responsabilidade da pessoa jurídica	328
9.3.1	Responsabilidade penal da pessoa jurídica	328
9.3.2	Sistema/teoria da dupla imputação	332
9.3.3	Complementos.....	333
9.4	Acréscimos pontuais	336
9.4.1	Denúncia genérica e geral	336
9.4.2	Encerramento do procedimento administrativo ambiental	337
9.4.3	Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).....	337
9.5	Da aplicação da pena	338
9.5.1	Imposição e graduação da pena – Art. 6º	338
9.5.2	Requisitos de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos – Art. 7º.....	339
9.5.3	Penas restritivas de direitos aplicáveis à pessoa física – Arts. 8º a 13.....	340
9.5.4	Atenuantes e agravantes – Arts. 14 e 15.....	341
9.5.5	Suspensão condicional da pena (sursis) nos crimes ambientais – Arts. 16 e 17.....	343
9.5.6	Pena de multa, perícia e fixação do valor mínimo para reparação dos danos – Arts. 18 a 20.....	345
9.5.7	Penas aplicáveis às pessoas jurídicas – Arts. 21 a 23.....	346
9.5.8	Liquidação forçada da pessoa jurídica – Art. 24	349
9.6	Aprensão do produto e do instrumento de infração administrativa ou de crime – Art. 25	349
9.7	Aspectos processuais	350
9.7.1	Ação penal.....	350
9.7.2	Transação penal	350
9.7.3	Suspensão condicional do processo.....	351
9.7.4	Competência para processo e julgamento dos crimes ambientais... ..	352
9.8	Crimes em espécie.....	355
9.8.1	Crime do art. 29.....	355
9.8.2	Crime do art. 30.....	358
9.8.3	Crime do art. 31.....	358
9.8.4	Crime do art. 32.....	359
9.8.5	Crime do art. 33.....	361
9.8.6	Crime do art. 34.....	362

9.8.7	Crime do art. 35.....	365
9.8.8	Norma do art. 36.....	366
9.8.9	Norma do art. 37.....	366
9.8.10	Crime dos arts. 38 e 38-A.....	366
9.8.11	Crime do art. 39.....	369
9.8.12	Crime do art. 40.....	369
9.8.13	Crime do art. 41.....	372
9.8.14	Crime do art. 42.....	373
9.8.15	Crime do art. 44.....	374
9.8.16	Crime do art. 45.....	374
9.8.17	Crime do art. 46.....	375
9.8.18	Crime do art. 48.....	376
9.8.19	Crime do art. 49.....	378
9.8.20	Crime do art. 50.....	378
9.8.21	Crime do art. 50-A.....	379
9.8.22	Crime do art. 51.....	380
9.8.23	Crime do art. 52.....	381
9.8.24	Norma do art. 53.....	381
9.8.25	Crime do art. 54.....	382
9.8.26	Crime do art. 55.....	385
9.8.27	Crime do art. 56.....	387
9.8.28	Norma do art. 58.....	390
9.8.29	Crime do art. 60.....	391
9.8.30	Crime do art. 61.....	392
9.8.31	Crime do art. 62.....	392
9.8.32	Crime do art. 63.....	393
9.8.33	Crime do art. 64.....	394
9.8.34	Crime do art. 65.....	395
9.8.35	Crime do art. 66.....	396
9.8.36	Crime do art. 67.....	397
9.8.37	Crime do art. 68.....	398
9.8.38	Crime do art. 69.....	400
9.8.39	Crime do art. 69-A.....	400
10.	Lavagem de Capitais – Lei nº 9.613/1998	403
10.1	Aspectos iniciais.....	403

10.1.1	Breve histórico da lei.....	403
10.1.2	Conceito de lavagem de capitais.....	405
10.1.3	Objeto da lavagem.....	405
10.1.4	Gerações da lei que tratam da lavagem de capitais.....	405
10.1.5	A Lei brasileira de lavagem de capitais.....	406
10.1.6	Irretroatividade da Lei nº 12.683/2012.....	408
10.1.7	Crime parasitário.....	409
10.1.8	Lavagem de dinheiro e crimes tributários.....	409
10.1.9	Etapas da lavagem de capitais.....	410
10.1.10	Bem jurídico tutelado.....	412
10.1.11	Sujeitos.....	413
10.1.12	Autolavagem.....	413
10.1.13	Lavagem em cadeia.....	415
10.1.14	Tipo objetivo.....	415
10.1.14.1	O crime de lavagem de dinheiro e o exaurimento da infração antecedente.....	416
10.1.14.2	Figuras equiparadas.....	417
10.1.15	Teoria da Cegueira Deliberada.....	419
10.1.15.1	Consumação e tentativa.....	420
10.1.15.2	Natureza permanente.....	421
10.1.15.3	Causas de aumento de pena.....	422
10.1.15.4	Causas de diminuição e isenção de pena.....	423
10.1.15.5	Ação controlada e infiltração de agentes.....	426
10.1.15.6	Complementos.....	428
10.2	Questões processuais.....	428
10.2.1	Procedimento.....	428
10.2.2	Prejudicialidade.....	428
10.2.3	Competência.....	430
10.2.4	Denúncia.....	432
10.2.5	Não aplicabilidade do art. 366 do CPP.....	433
10.3	Prisão cautelar e liberdade provisória.....	434
10.4	Medidas assecuratórias.....	435
10.5	Liberação dos bens apreendidos.....	438
10.6	Alienação antecipada de bens.....	439
10.7	Ação controlada.....	442

10.8	Administração dos bens apreendidos	442
10.9	Efeitos da condenação	443
10.10	Cooperação internacional	444
10.11	Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)	445
10.12	Aplicação subsidiária do CPP	446
10.13	Possibilidade de acesso aos dados cadastrais	447
10.14	Afastamento do servidor público em caso de indiciamento pelo crime de lavagem de capitais	448
11.	Estatuto do Desarmamento – Lei nº 10.826/2003	451
11.1	Aspectos iniciais da Lei nº 10.826/2003	451
11.1.1	Evolução legislativa e apresentação inicial	451
11.1.2	Objeto material da lei	454
11.1.3	Decretos regulamentares	457
11.1.4	Resumo do procedimento: aquisição – registro – porte	460
11.1.5	Questões pontuais – Porte e posse de arma de fogo	464
11.2	Dos crimes em espécie – Introdução	474
11.2.1	Bem jurídico	474
11.2.2	Ação penal e elemento subjetivo	475
11.2.3	Crimes de perigo abstrato ou concreto	475
11.2.4	<i>Abolitio criminis</i> temporária/atipicidade temporária e assuntos correlatos	476
11.3	Posse irregular de arma de fogo de uso permitido – Art. 12	480
11.3.1	Conduta típica e elemento subjetivo	480
11.3.2	Sujeitos do crime	482
11.3.3	Consumação e tentativa	482
11.3.4	Complementos doutrinários e jurisprudenciais	483
11.4	Omissão de cautela – Art. 13, <i>caput</i>	487
11.4.1	Conduta típica e elemento subjetivo	487
11.4.2	Sujeitos do crime	488
11.4.3	Consumação e tentativa	488
11.4.4	Complementos doutrinários e jurisprudenciais	489
11.5	Crime do art. 13, parágrafo único	489
11.5.1	Conduta típica e elemento subjetivo	489
11.5.2	Sujeitos do crime	490
11.5.3	Consumação e tentativa	490

11.6	Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido – Art. 14	491
11.6.1	Conduta típica e elemento subjetivo	491
11.6.2	Sujeitos do crime	492
11.6.3	Consumação e tentativa.....	493
11.6.4	Complementos doutrinários e jurisprudenciais.....	493
11.7	Disparo de arma de fogo – Art. 15	497
11.7.1	Conduta típica e elemento subjetivo	497
11.7.2	Sujeitos do crime	499
11.7.3	Consumação e tentativa.....	499
11.7.4	Complementos doutrinários e jurisprudenciais.....	499
11.8	Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito – Art. 16	500
11.8.1	Conduta típica e elemento subjetivo	500
11.8.2	Sujeitos do crime	502
11.8.3	Consumação e tentativa.....	502
11.8.4	Figuras equiparadas.....	502
11.8.5	Qualificadora – Art. 16, § 2º	505
11.8.6	Complementos doutrinários e jurisprudenciais.....	506
11.9	Comércio ilegal de arma de fogo – Art. 17	510
11.9.1	Conduta típica e elemento subjetivo.....	511
11.9.2	Sujeitos do crime	512
11.9.3	Consumação e tentativa.....	512
11.9.4	Figura equiparada – § 2º.....	512
11.9.5	Hediondez – Art. 1º, parágrafo único, III, Lei nº 8.072/1990.....	513
11.10	Tráfico internacional de arma de fogo – Art. 18	513
11.10.1	Conduta típica e elemento subjetivo	514
11.10.2	Sujeitos do crime	514
11.10.3	Consumação e tentativa.....	514
11.10.4	Figura equiparada – Parágrafo único.....	515
11.10.5	Hediondez – Art. 1º, parágrafo único, IV, Lei nº 8.072/1990	515
11.10.6	Complementos doutrinários e jurisprudenciais.....	516
11.11	Quadro-resumo	516
11.12	Causas de aumento de pena e liberdade provisória – Arts. 19, 20 e 21.....	517
11.13	Criação do banco nacional de perfis balísticos – Art. 34-A.....	518
12.	Violência Doméstica e Familiar contra Mulher – Lei nº 11.340/2006	519
12.1	Aspectos iniciais.....	519
12.1.1	Fundamento constitucional e contexto histórico	519

12.1.2	Interpretação e princípio da insignificância	520
12.1.3	Finalidade	521
12.2	Violência doméstica e familiar contra mulher (art. 5º)	522
12.2.1	Conceito	522
12.2.2	Sujeito ativo	526
12.2.3	Sujeito passivo	526
12.2.4	Complementos	526
12.3	Formas de violência (art. 7º)	531
12.4	Da assistência à mulher em situação de violência (art. 9º)	533
12.5	Do atendimento pela autoridade policial (arts. 10, 10-A, 11 e 12)	537
12.6	Afastamento imediato do lar (art. 12-C)	542
12.7	Aspectos processuais	546
12.7.1	Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.....	546
12.7.2	Ação penal nos crimes de lesão corporal leve/culposa e ameaça....	549
12.7.3	Retratação da representação na Lei nº 11.340/2006 (art. 16)	551
12.7.4	Da vedação à aplicação de cesta básica ou outras de prestação pecuniária (art. 17) e impossibilidade de penas restritivas de direitos.....	553
12.7.5	Fixação de valor mínimo para reparação dos danos	555
12.8	Medidas protetivas de urgência	556
12.8.1	Disposições iniciais	556
12.8.2	Medidas em espécie (arts. 22 a 24).....	564
12.8.3	Prisão preventiva	567
12.8.4	Registro da medida protetiva de urgência (art. 38-A).....	571
12.8.5	Crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência (art. 24-A)	572
12.9	Programa de cooperação Sinal Vermelho (Lei nº 14.188/2021).....	574
13.	Lei Antidrogas – Lei nº 11.343/2006	577
13.1	Considerações iniciais.....	577
13.1.1	Contexto histórico.....	577
13.1.2	Bem jurídico tutelado	579
13.1.3	Norma penal em branco heterogênea.....	579
13.2	Características gerais dos crimes.....	581
13.2.1	Tipo subjetivo.....	581
13.2.2	Erro de tipo e erro de proibição.....	581
13.2.3	Sujeitos do crime	582

13.2.4	Prova da materialidade	583
13.2.5	Imputabilidade	585
13.2.6	Pena de multa	587
13.2.7	Crimes hediondos	588
13.3	Crimes em espécie	589
13.3.1	Porte e plantio para consumo – Art. 28	589
13.3.2	Tráfico de drogas – Art. 33, <i>caput</i> e § 1º	599
13.3.3	Art. 33, § 2º	605
13.3.4	Porte compartilhado da droga – Art. 33, § 3º	607
13.3.5	Tráfico privilegiado, traficância menor ou traficância eventual – Art. 33, § 4º	608
13.3.6	Crime do art. 34	617
13.3.7	Associação para fins de tráfico – Art. 35	620
13.3.8	Associação para financiamento do tráfico – Art. 35, parágrafo único	623
13.3.9	Financiamento e custeio do tráfico – Art. 36	623
13.3.10	Colaboração como informante – Art. 37	625
13.3.11	Prescrição culposa – Art. 38	626
13.3.12	Crime de perigo de desastre aéreo ou marítimo – Art. 39	627
13.4	Causas de aumento de pena	628
13.4.1	Hipóteses em que a pena poderá ser fixada em patamar acima do máximo legal	628
13.4.2	Tráfico transnacional de drogas	629
13.4.3	Função pública ou missão de educação, poder familiar, guarda ou vigilância	630
13.4.4	Local onde o crime foi praticado	630
13.4.5	Utilização de arma ou de qualquer processo de intimidação difusa ou coletiva	634
13.4.6	Tráfico interestadual de drogas	636
13.4.7	Crime que visa a ou envolve criança ou adolescente ou pessoa que tenha diminuída ou suprimida sua capacidade de entendimento e de determinação	637
13.4.8	Financiamento ou custeio do crime	638
13.5	Colaboração premiada	639
13.6	Infiltração	640
13.7	Ação controlada e flagrante diferido	640

13.8	Fixação de pena.....	641
13.9	Livramento condicional.....	643
13.10	Competência	645
13.11	Fiança, liberdade provisória e vedação à substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.....	646
13.12	Transação limitada.....	649
13.13	Prazo para conclusão do inquérito policial.....	649
13.14	Prescindibilidade do inquérito policial.....	650
13.15	Destruição da droga	650
13.16	Providências a serem tomadas pelo Ministério Público ao receber o inquérito.....	651
13.17	Procedimento especial previsto na Lei nº 11.343/2006	651
13.18	Interrogatório	653
13.19	Possibilidade de recorrer em liberdade.....	654
13.20	Medidas assecuratórias patrimoniais.....	655
13.21	Perdimento de bens utilizados para a prática de crimes	657
14.	Investigação Criminal Conduzida pelo Delegado de Polícia – Lei nº 12.830/2013	659
14.1	Art. 1º	659
14.2	Art. 2º	659
14.3	Art. 2º, § 1º.....	661
	14.3.1 Delegado e análise das excludentes	662
14.4	Art. 2º, § 2º.....	664
	14.4.1 Poder geral de polícia.....	665
14.5	Art. 2º, § 3º.....	668
14.6	Art. 2º, § 4º.....	669
	14.6.1 Avocação e redistribuição.....	669
	14.6.2 Princípio do Delegado de Polícia natural.....	670
14.7	Art. 2º, § 5º.....	672
	14.7.1 Remoção e inamovibilidade.....	672
14.8	Art. 2º, § 6º.....	674
	14.8.1 Indiciamento	674
	14.8.2 Legitimidade.....	675
	14.8.3 Sujeito passivo.....	677
	14.8.4 Fundamentação	678
	14.8.5 Momento	680

14.8.6	Classificação	681
14.8.7	Efeitos.....	682
14.8.8	Desindiciamento.....	683
14.8.9	Afastamento do funcionário público	685
14.8.10	Arquivamento do inquérito policial	686
14.8.11	Incompetência da autoridade policial.....	687
14.8.12	Indiciamento e infrações de menor potencial ofensivo.....	687
14.9	Art. 3º	688
14.9.1	Tratamento protocolar	689
15.	Organizações Criminosas – Lei nº 12.850/2013	691
15.1	Aspectos iniciais.....	691
15.1.1	Evolução no tratamento legislativo	691
15.1.2	Conceito atual de organização criminosa	693
15.1.3	Aplicação por extensão	697
15.2	Crime de organização criminosa – Art. 2º	698
15.2.1	Considerações preliminares	698
15.2.2	Objeto jurídico e material.....	698
15.2.3	Conduta e elemento subjetivo.....	698
15.2.4	Sujeitos do crime	700
15.2.5	Consumação e tentativa.....	700
15.2.6	Complementos	701
15.2.7	Figura equiparada – § 1º.....	702
15.2.8	Agravante – § 3º.....	704
15.2.9	Causas de aumento de pena – §§ 2º e 4º.....	704
15.2.10	Outras consequências criminais – §§ 5º a 9º	705
15.2.11	Acordo de não persecução penal.....	708
15.3	Crimes ocorridos na investigação e na obtenção da prova – Arts. 18 a 21.....	709
15.3.1	Art. 18	709
15.3.1.1	Considerações preliminares	709
15.3.1.2	Objeto jurídico e material.....	710
15.3.1.3	Conduta e elemento subjetivo.....	710
15.3.1.4	Sujeitos do crime.....	711
15.3.1.5	Consumação e tentativa.....	711
15.3.1.6	Complementos	711

15.3.2	Art. 19	712
15.3.2.1	Objeto jurídico e material.....	712
15.3.2.2	Conduta e elemento subjetivo.....	712
15.3.2.3	Sujeitos do crime.....	713
15.3.2.4	Consumação e tentativa.....	713
15.3.2.5	Complementos.....	713
15.3.3	Art. 20	713
15.3.3.1	Objeto jurídico e material.....	713
15.3.3.2	Conduta e elemento subjetivo.....	714
15.3.3.3	Sujeitos do crime.....	715
15.3.3.4	Consumação e tentativa.....	715
15.3.3.5	Complementos.....	715
15.3.4	Art. 21	716
15.3.4.1	Objeto jurídico e material.....	716
15.3.4.2	Conduta e elemento subjetivo.....	716
15.3.4.3	Sujeitos do crime.....	717
15.3.4.4	Consumação e tentativa.....	718
15.3.4.5	Complementos.....	718
15.4	Meios de investigação e obtenção de provas – Arts. 3º a 17	718
15.4.1	Considerações iniciais.....	718
15.4.2	Fonte de prova, meio de prova e meios de obtenção de prova	719
15.4.3	Dispensa de licitação.....	720
15.4.4	Participação do juiz nos meios de obtenção de prova	721
15.4.5	Meios de obtenção de prova previstos na Lei nº 12.850/2013	722
15.5	Colaboração premiada.....	723
15.5.1	Conceito e natureza jurídica	723
15.5.2	Críticas à colaboração premiada	725
15.5.3	Panorama legislativo	725
15.5.4	Tratativas e formalização do acordo	730
15.5.5	Legitimidade e momento.....	734
15.5.6	Requisitos e benefícios da colaboração premiada.....	736
15.5.7	Suspensão do prazo para oferecimento da denúncia.....	741
15.5.8	Não oferecimento da denúncia.....	742
15.5.9	Valor probatório da colaboração	742
15.5.10	Colaboração posterior à sentença	743

15.5.11	Não participação do magistrado	743
15.5.12	Rescisão, anulação e retratação do acordo de colaboração premiada.....	744
15.5.13	Direitos do colaborador.....	745
15.5.14	Termo do acordo de colaboração premiada.....	748
15.5.15	Homologação do acordo.....	749
15.6	Ação controlada	750
15.6.1	Conceito e natureza jurídica	751
15.6.2	Retardamento da intervenção policial e administrativa.....	752
15.6.3	Ação controlada x flagrante esperado.....	752
15.6.4	Desnecessidade de autorização judicial.....	752
15.6.5	Demais requisitos	755
15.6.6	Entrega vigiada	756
15.7	Infiltração de agentes.....	757
15.7.1	Conceito e natureza jurídica	757
15.7.2	Características peculiares à infiltração de agentes	758
15.7.3	Infiltração por agentes de polícia.....	759
15.7.4	Requisitos.....	760
15.7.5	Momento	761
15.7.6	Duração da medida	761
15.7.7	Infiltração policial virtual, cibernética ou eletrônica	762
15.7.7.1	Conceito.....	763
15.7.7.2	Requisitos.....	764
15.7.7.3	Prazo.....	764
15.7.8	Procedimento da infiltração.....	764
15.7.9	Responsabilidade criminal do agente infiltrado.....	766
15.7.10	Direitos do agente infiltrado	766
15.8	Acesso aos dados cadastrais do investigado.....	767
15.9	Acesso aos bancos de dados de reservas e registro de viagens	768
15.10	Acesso aos registros das ligações telefônicas.....	769
15.11	Disposições finais – Arts. 22 a 27	769
15.11.1	Procedimento e prazo para encerramento da instrução processual...	769
15.11.2	Sigilo.....	770
15.11.3	Alterações no Código Penal.....	771
15.12	Lei nº 12.694/2012	772
15.12.1	Apontamentos gerais.....	772

15.12.2	Origem do juízo colegiado	773
15.12.3	Juiz sem rosto	774
15.12.4	Atos jurídicos praticados no processo	775
15.12.5	Requisitos para a formação do juízo colegiado	775
15.12.6	Decisão do juízo colegiado.....	776
15.12.7	Varas Criminais Colegiadas permanentes.....	776
16.	Abuso de Autoridade – Lei nº 13.869/2019.....	779
16.1	Aspectos gerais.....	779
16.1.1	Introdução	779
16.1.2	Sujeitos do crime e características gerais – Arts. 1º e 2º	780
16.1.3	Ação penal e competência – Art. 3º	786
16.1.4	Efeitos da condenação e penas restritivas de direitos – Arts. 4º e 5º.....	788
16.1.5	Sanções de natureza civil e administrativa – Arts. 6º a 8º	791
16.1.6	Procedimento – Art. 39	792
16.2	Crimes em espécie – Arts. 9º a 38	793
16.2.1	Crime do art. 9º.....	794
16.2.2	Crime do art. 10.....	796
16.2.3	Crime do art. 12.....	797
16.2.4	Crime do art. 13.....	801
16.2.5	Crime do art. 15.....	805
16.2.6	Crime do art. 15-A (Violência institucional).....	807
16.2.7	Crime do art. 16.....	810
16.2.8	Crime do art. 18.....	811
16.2.9	Crime do art. 19.....	813
16.2.10	Crime do art. 20.....	814
16.2.11	Crime do art. 21.....	816
16.2.12	Crime do art. 22.....	818
16.2.13	Crime do art. 23.....	823
16.2.14	Crime do art. 24.....	824
16.2.15	Crime do art. 25.....	825
16.2.16	Crime do art. 27.....	827
16.2.17	Crime do art. 28.....	828
16.2.18	Crime do art. 29.....	829
16.2.19	Crime do art. 30.....	831

XXXIV Legislação Penal Decifrada

16.2.20	Crime do art. 31.....	832
16.2.21	Crime do art. 32.....	833
16.2.22	Crime do art. 33.....	834
16.2.23	Crime do art. 36.....	836
16.2.24	Crime do art. 37.....	837
16.2.25	Crime do art. 38.....	838
16.3	Disposições finais – Arts. 40 a 45.....	840
Referências		841